



**PLANEJAMENTO REPRODUTIVO EM GESTANTES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO EM SAÚDE BASEADAS NO ARCO
DE MAGUEREZ**

**REPRODUCTIVE PLANNING IN PREGNANT WOMEN IN PRIMARY CARE:
UNIVERSITY EXTENSION AND HEALTH EDUCATION BASED ON THE
MAGUEREZ ARCH METHOD**

Marcela Muniz Lima¹, Tainá da Silva Batista¹, Greyce Kelly Marins de Castro¹, Thaynara da Silva Alvarenga¹, Sonáli Amaral de Lima Alves¹, Jéssica da Silva Salvi², Jeferson de Oliveira Salvi³

RESUMO

INTRODUÇÃO: O planejamento reprodutivo representa um direito essencial para a promoção da autonomia feminina e da saúde sexual e reprodutiva. No entanto, diversos obstáculos persistem no cotidiano das gestantes em contextos de vulnerabilidade, dificultando a efetivação desse direito nos serviços da atenção primária. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa estruturada a partir de um projeto integrador desenvolvido no curso de Medicina do Centro Universitário Estácio de Ji-Paraná (RO), fundamentado no Arco de Maguerез como estratégia metodológica. A revisão bibliográfica foi realizada em bases como PubMed, SciELO e ScienceDirect, abordando aspectos clínicos, sociais e educativos relacionados ao tema. **RESULTADOS:** A análise da literatura evidenciou lacunas na adesão aos métodos contraceptivos, determinantes sociais que limitam o acesso ao planejamento familiar e a necessidade de ações educativas com linguagem acessível. A proposta extensionista do projeto, mesmo não executada, foi considerada um modelo de articulação entre formação médica e promoção da saúde. **CONCLUSÃO:** A extensão universitária, ancorada em metodologias ativas, constitui uma ferramenta formativa para a compreensão crítica do planejamento reprodutivo e suas interfaces com o cuidado humanizado na atenção primária.

Palavras-chave: Ombro; Articulação glenoumeral; Miopatias Congênitas; Distrofias musculares.

¹ Acadêmicas do curso de graduação em Medicina do Centro Universitário Estácio de Ji-Paraná (ESTÁCIO/UNIJIPA). E-mail: marcelaedg82@gmail.com.

² Bióloga. Mestre. Docente do curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Ji-Paraná (FAMEJIPA). E-mail: jessica.salvi@professores.ibmec.edu.br

³ Orientador. Farmacêutico. Doutor. Docente dos cursos de Medicinas do ESTÁCIO/UNIJIPA e da FAMEJIPA. E-mail: jefersonsalvi@hotmail.com



ABSTRACT

INTRODUCTION: Reproductive planning is a fundamental right for promoting women's autonomy and sexual and reproductive health. However, several barriers persist in the daily lives of pregnant women in vulnerable contexts, hindering the full implementation of this right within primary health care services. **METHODS:** This is a narrative review based on an integrative project developed in the Medical School of Centro Universitário Estacio de Ji-Paraná, Rondônia, Brazil, grounded in the Maguerez Arch as a methodological strategy. The literature review was conducted in databases such as PubMed, SciELO, and ScienceDirect, addressing clinical, social, and educational aspects of the topic. **RESULTS:** The literature analysis revealed gaps in contraceptive adherence, social determinants limiting access to family planning, and the need for health education with accessible language. Although not executed, the proposed extension project is presented as a model of articulation between medical training and health promotion. **CONCLUSION:** University extension, supported by active methodologies, serves as a formative tool for the critical understanding of reproductive planning and its connection with humanized care in primary health settings.

Keywords: Intestinal Parasitic Diseases; Social Determinants of Health; Health Education; University Extension; Public Health; Riverside Populations.



1. INTRODUÇÃO

O planejamento reprodutivo é reconhecido como um direito humano fundamental e componente essencial da atenção à saúde sexual e reprodutiva, conforme preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Sua efetivação está diretamente relacionada à autonomia corporal, ao empoderamento das mulheres e à redução de riscos obstétricos evitáveis (WHO, 2022). No entanto, apesar dos avanços normativos e programáticos no Brasil, ainda persistem desafios concretos para garantir o acesso universal e equitativo a métodos contraceptivos e à informação qualificada nos serviços de atenção primária, sobretudo em contextos de vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, 2014).

A literatura aponta que fatores como baixa escolaridade, influência do parceiro, barreiras culturais, desinformação e ausência de escuta qualificada por parte dos profissionais de saúde constituem entraves significativos à adesão ao planejamento familiar (GAMA et al., 2020; GOMES et al., 2016). A atenção básica, espaço privilegiado para a promoção da saúde e prevenção de agravos, muitas vezes falha em abordar a temática com a profundidade necessária, negligenciando o caráter educativo e dialógico das ações em saúde reprodutiva (MENDES et al., 2024). Nesse cenário, o planejamento reprodutivo não deve ser reduzido à mera disponibilização de métodos contraceptivos, mas entendido como um processo de construção compartilhada de escolhas informadas, contextualizadas e respeitosas.

Diante desse panorama, iniciativas educativas baseadas em metodologias ativas, como o Arco de Maguerez, apresentam-se como estratégias promissoras para fomentar a reflexão crítica, promover o protagonismo das mulheres e qualificar o cuidado em saúde (BERBEL, 1998). Inserido nesse campo, o projeto integrador do curso de Medicina do Centro Universitário Estácio de Ji-Paraná (RO) propôs uma intervenção educativa voltada a gestantes acompanhadas pela Unidade Básica de Saúde 2 de Abril, articulando saber técnico, escuta sensível e realidade comunitária. Embora o projeto não tenha sido executado, sua estrutura e fundamentação servem de base para uma reflexão narrativa sobre o papel da extensão universitária na formação médica e na promoção do planejamento reprodutivo como prática emancipatória.



2. METODOLOGIA

Trata-se de um artigo do tipo revisão narrativa, estruturado a partir de um projeto integrador de extensão universitária desenvolvido por discentes do curso de Medicina do Centro Universitário Estácio de Ji-Paraná (ESTÁCIO/UNIJIPA). A proposta foi fundamentada na abordagem dialógica da educação em saúde e teve como foco o planejamento reprodutivo de gestantes atendidas na Unidade Básica de Saúde 2 de Abril, localizada no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

A metodologia do Arco de Maguerez, proposta por Berbel (1998), foi adotada como base conceitual da intervenção planejada. Essa metodologia ativa é composta por cinco etapas interdependentes: observação da realidade, identificação dos pontos-chave, teorização, hipóteses de solução e aplicação à realidade. Para fins desta revisão, a experiência teórica simulada do projeto foi discutida à luz dessas etapas, permitindo uma análise conceitual da aplicabilidade pedagógica da extensão universitária na promoção da saúde reprodutiva.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases PubMed, SciELO e ScienceDirect, priorizando estudos indexados em português, inglês e espanhol publicados nos últimos dez anos, com foco em planejamento familiar, saúde da mulher, atenção primária e metodologias educativas em saúde. Foram utilizados descritores controlados do Medical Subject Headings (MeSH) e do Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), como: “Planejamento Familiar”, “Educação em Saúde”, “Gravidez”, “Atenção Primária à Saúde” e “Extensão Universitária”.

A análise dos dados coletados foi realizada de forma qualitativa, com organização temática dos achados, buscando identificar pontos de convergência, lacunas assistenciais e possibilidades de intervenção pedagógica. O manuscrito foi elaborado de forma integrada, com validação entre os autores, respeitando os princípios éticos da pesquisa em saúde, ainda que o projeto não tenha demandado submissão ao Comitê de Ética, por não envolver sujeitos humanos ou coleta direta de dados.



3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O planejamento reprodutivo, enquanto componente estratégico da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, está inserido no escopo da atenção primária à saúde (APS) como ação contínua e articulada à promoção da saúde, à prevenção de agravos e à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. No Brasil, a Lei nº 9.263/1996 estabelece as diretrizes do planejamento familiar, assegurando o acesso universal e gratuito aos métodos contraceptivos no Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a obrigatoriedade de orientação adequada às usuárias e aos usuários (BRASIL, 1996).

Apesar desse respaldo legal e programático, estudos evidenciam que o acesso ao planejamento reprodutivo ainda é desigual, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade social, como gestantes adolescentes, mulheres com baixa escolaridade, moradoras de áreas rurais ou periferias urbanas (VIANA et al., 2021; BRAGA et al., 2020). Entre os desafios mais frequentes estão a oferta irregular de métodos contraceptivos, a carência de profissionais capacitados para o aconselhamento reprodutivo e a limitação das consultas ao enfoque biomédico, sem considerar o contexto social e afetivo das mulheres (PINTO et al., 2022).

Na APS, o planejamento familiar deveria ser conduzido de forma contínua e centrada na pessoa, promovendo o diálogo, a escuta ativa e a corresponsabilização. No entanto, a realidade revela que muitas vezes o tema é tratado de forma pontual, vinculada a demandas emergenciais ou a imposições de conduta por parte dos profissionais (REIS et al., 2019). Essa abordagem fragmentada compromete a autonomia das mulheres e pode reforçar práticas autoritárias ou desinformadas, o que contribui para a manutenção de gestações não planejadas e para a perpetuação de ciclos de vulnerabilidade.

A ampliação da cobertura do pré-natal nas últimas décadas tem favorecido a inserção de ações educativas nos serviços de saúde, mas a integração efetiva do planejamento reprodutivo ainda carece de metodologias que articulem saber técnico e participação ativa das gestantes. Nesse sentido, experiências educativas baseadas em metodologias ativas e na extensão universitária ganham relevância, pois promovem o protagonismo feminino, a interdisciplinaridade e o enfrentamento das barreiras sociais de forma crítica e contextualizada (FREITAS et al., 2020).



3.1. Barreiras Sociais e Estruturais à Adesão ao Planejamento Reprodutivo

A adesão ao planejamento reprodutivo é influenciada por uma série de fatores sociais, culturais e estruturais que ultrapassam a mera disponibilidade dos métodos contraceptivos. Em diversos contextos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, ainda são observadas profundas desigualdades no acesso à informação, à orientação profissional adequada e à autonomia reprodutiva das mulheres (OLIVEIRA et al., 2021).

Um dos principais entraves identificados na literatura é a baixa escolaridade, que limita a compreensão sobre os direitos sexuais e reprodutivos e a efetividade dos métodos disponíveis. Mulheres com menor nível de instrução apresentam menor adesão a métodos modernos e maior exposição a gestações não planejadas, com implicações significativas para sua saúde física, emocional e socioeconômica (ALMEIDA et al., 2020; LOPES et al., 2023).

Além disso, fatores culturais e religiosos podem exercer forte influência sobre as decisões reprodutivas, muitas vezes vinculando o uso de contraceptivos a tabus, medos ou mitos infundados. Estudos revelam que a ausência de diálogo franco entre profissionais e usuárias contribui para a perpetuação dessas crenças, dificultando escolhas informadas e seguras (BARROS et al., 2021). Em muitos casos, o parceiro exerce um papel central, seja como suporte, seja como obstáculo à adoção de métodos, especialmente em contextos marcados por desigualdade de gênero e relações coercitivas.

Do ponto de vista institucional, a descontinuidade na oferta de métodos contraceptivos nas Unidades Básicas de Saúde e a rotatividade dos profissionais de saúde impactam negativamente a continuidade do cuidado e a qualidade do aconselhamento (RIBEIRO et al., 2019). A ausência de protocolos educativos bem estruturados, associados à sobrecarga das equipes e à priorização de demandas assistenciais imediatas, contribui para a negligência do planejamento familiar como prática sistematizada de cuidado.

Essas barreiras estruturais se entrelaçam a vulnerabilidades individuais e comunitárias, exigindo respostas que integrem políticas públicas, formação profissional sensível às questões de gênero e ações educativas enraizadas na realidade local. A compreensão desses entraves é essencial para o fortalecimento de



práticas de planejamento reprodutivo baseadas na escuta ativa, na humanização e na corresponsabilização entre usuários e profissionais.

3.2. Educação em Saúde como Estratégia para Promoção do Planejamento Reprodutivo

A educação em saúde constitui um eixo estruturante das ações de promoção da saúde e é especialmente relevante quando se trata do planejamento reprodutivo, pois favorece a autonomia informada, o empoderamento das mulheres e o fortalecimento do vínculo entre usuários e serviços de saúde (VASCONCELOS et al., 2022). Ao contrário de ações pontuais ou meramente expositivas, abordagens educativas bem planejadas e participativas permitem que o tema seja discutido com profundidade, respeitando o contexto sociocultural dos sujeitos envolvidos.

Estudos indicam que a adoção de metodologias ativas e dialógicas, como oficinas, rodas de conversa e dramatizações, tem mostrado maior efetividade na mudança de comportamento e na adesão a métodos contraceptivos quando comparadas a estratégias tradicionais centradas na transmissão vertical de conhecimento (RODRIGUES et al., 2021; BARBOSA et al., 2019). Essas estratégias valorizam a escuta ativa, o compartilhamento de experiências e a construção coletiva do saber, alinhando-se aos princípios da promoção da saúde.

O uso de linguagem acessível, recursos visuais e materiais culturalmente adequados é fundamental para a efetividade das ações educativas. Mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente adolescentes e jovens, beneficiam-se de abordagens que considerem seus repertórios, medos e percepções sobre sexualidade e reprodução. Nesses casos, a presença de facilitadores capacitados, empáticos e sem julgamentos morais é determinante para a qualidade da intervenção (FREIRE et al., 2020).

Outro aspecto relevante é o papel das ações educativas como ferramenta de superação das barreiras estruturais previamente discutidas. Ao promover o conhecimento sobre direitos, métodos disponíveis, funcionamento do sistema de saúde e formas de proteção, a educação em saúde contribui para o enfrentamento da desinformação, do medo e da dependência em relação a decisões alheias, como as impostas por parceiros ou familiares.



Nesse sentido, o planejamento de ações educativas voltadas ao planejamento reprodutivo deve considerar as especificidades do território, o perfil das mulheres atendidas e os determinantes sociais da saúde. A articulação com escolas, grupos comunitários, serviços de assistência social e instituições de ensino superior pode potencializar o alcance e o impacto das estratégias, ampliando a capilaridade das ações de saúde sexual e reprodutiva.

3.3 Extensão Universitária e o Arco de Maguerez como Ferramentas Formativas

A extensão universitária, como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa, desempenha papel fundamental na formação crítica e cidadã dos futuros profissionais da saúde. Ao promover o contato direto com a realidade social, econômica e sanitária da população, permite que os estudantes compreendam a complexidade dos determinantes da saúde, desenvolvam sensibilidade humanística e adquiram habilidades práticas de comunicação, empatia e resolutividade (BRASIL, 2018).

No contexto da educação médica, a inserção dos discentes em atividades extensionistas voltadas ao planejamento reprodutivo favorece o rompimento com modelos hegemônicos de formação, centrados no hospital e na doença. Ao contrário, propõe uma abordagem territorializada, interdisciplinar e dialógica, centrada no cuidado integral à mulher, no respeito à diversidade cultural e na valorização do saber popular (GONÇALVES et al., 2020). Essa experiência contribui para a construção de um profissional mais ético, responsável e comprometido com os princípios do Sistema Único de Saúde.

O Arco de Maguerez, nesse cenário, surge como uma metodologia potente para estruturar intervenções educativas de forma crítica e participativa. Sua proposta parte da observação da realidade concreta, seguida pela identificação dos pontos-chave, teorização com base em fundamentos científicos, hipóteses de solução e, por fim, retorno à realidade com intervenção transformadora (BERBEL, 1998). Ao adotar esse percurso metodológico, os estudantes são instigados a refletir sobre os problemas locais a partir de uma escuta ativa e a propor soluções educativas coerentes com as necessidades da comunidade.

Ao refletir teoricamente sobre essa proposta, reafirma-se a importância da extensão como prática formativa e do uso de metodologias ativas para promover o



diálogo entre universidade e comunidade. A adoção do Arco de Maguerez permite ir além da transmissão de conteúdos, favorecendo a construção coletiva do conhecimento e a transformação social, especialmente em temas sensíveis como a saúde sexual e reprodutiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo demonstrou a relevância do planejamento reprodutivo como tema central na promoção da saúde sexual e reprodutiva de gestantes, especialmente no contexto da atenção primária. A análise da literatura evidenciou que, para além da disponibilização de métodos contraceptivos, é fundamental investir em estratégias educativas que valorizem o diálogo, a escuta qualificada e a autonomia das mulheres.

A metodologia do Arco de Maguerez mostrou-se uma ferramenta pedagógica eficaz para estruturar ações educativas em saúde, ao permitir a articulação entre saber técnico, realidade social e participação comunitária. Sua aplicação favorece o desenvolvimento de práticas sensíveis às singularidades dos territórios e aos determinantes sociais da saúde, qualificando o cuidado prestado.

A extensão universitária, nesse contexto afirma-se como dimensão formativa indispensável na graduação médica, promovendo a integração entre ensino, serviço e comunidade. Ao possibilitar experiências reflexivas e transformadoras, contribui para a formação de profissionais mais éticos, críticos e comprometidos com a equidade e a humanização do cuidado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. V. et al. Fatores associados à não utilização de métodos contraceptivos em mulheres brasileiras em idade fértil. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 42, n. 1, p. 9–15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1055/s-0040-1701472>

BARBOSA, G. N. et al. Oficinas educativas no contexto da atenção primária à saúde: uma experiência com mulheres. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 9, p. e42, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769232814>

BARROS, L. L. et al. Planejamento familiar e crenças populares: implicações para a prática profissional. *Saúde em Debate*, v. 45, n. 128, p. 897–909, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202112819>



BERBEL, N. A. N. O método do Arco de Maguerez na formação de professores: reflexões sobre sua aplicação. *Londrina: EdUEL*, 1998.

BRAGA, L. S. et al. Iniquidades no acesso ao planejamento familiar: análise das desigualdades regionais no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 7, p. e00110619, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00110619>

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 jan. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.mec.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 66. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREITAS, M. M. et al. Educação em saúde e planejamento familiar na atenção básica: contribuições de um projeto de extensão universitária. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 44, n. 1, p. e024, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.1-20190324>

GAMA, L. D. et al. Planejamento reprodutivo na atenção básica: percepção das mulheres sobre os serviços de saúde. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, v. 41, p. e1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.32811/25954482-2020-v41e1>

GOMES, K. R. O. et al. Barreiras ao uso de métodos contraceptivos entre adolescentes: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 12, p. 3879–3890, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152112.19152015>

GONÇALVES, L. G. et al. Formação médica e práticas extensionistas: reflexões sobre a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 24, p. e190611, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.190611>.

sexual e reprodutiva: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 76, n. 1, p. e20220455, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0455>

MENDES, R. M. M. et al. Práticas educativas em planejamento familiar na atenção básica: limites e possibilidades. *Revista de APS*, v. 27, n. 1, p. 124–134, 2024. DOI: <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2024.v27.39199>

OLIVEIRA, R. S. et al. Acesso ao planejamento familiar por mulheres em situação de vulnerabilidade social. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 21, n. 3, p. 1037–1046, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93042021000300008>



PINTO, F. R. S. et al. Desafios para a efetivação do planejamento familiar na atenção primária: percepções de profissionais de saúde. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 133, p. 1023–1035, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213315>

REIS, C. G. et al. Planejamento reprodutivo: entre a medicalização e o direito à escolha. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 29, n. 4, p. e290417, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290417>

RIBEIRO, L. B. et al. Rotatividade de profissionais e descontinuidade do cuidado em unidades básicas de saúde. *Revista Saúde em Foco*, v. 11, n. 1, p. 45–52, 2019.

RODRIGUES, L. S. et al. Avaliação de oficinas educativas com gestantes sobre planejamento familiar: relato de experiência. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, v. 95, p. e021093, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31011/read-2021-v.95-n.0-art.1043>

VASCONCELOS, M. I. G. et al. O papel da educação em saúde na promoção do planejamento reprodutivo. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, v. 43, p. e12, 2022. DOI: <https://doi.org/10.32811/25954482-2022-v43e12>

VIANA, A. C. et al. Disparidades no acesso a serviços de saúde reprodutiva no Brasil: análise da Pesquisa Nacional de Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 1, p. e00048520, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00048520>